

TERMOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

ENVIRONMENTAL AND SOCIAL TERMS IN THE ADMINISTRATION REPORTS

Marines Lucia Boff

Universidade Regional de Blumenau - FURB

E-mail: marinesboff@hotmail.com

Ilse Maria Beuren

Universidade Regional de Blumenau - FURB

E-mail: ilse@furb.br

RESUMO

O estudo objetiva verificar a tendência dos termos ambientais e sociais evidenciados nos relatórios da administração de 1997 a 2006 de empresas familiares brasileiras. Realizou-se pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental e da técnica de análise de conteúdo nos RA de 1997 a 2006. No universo das 500 maiores empresas listadas na Revista Exame, edição 2006, identificaram-se 21 empresas familiares de capital aberto e de controle acionário brasileiro, mas dessas somente 16 publicaram seu RA nos dez anos considerados. Os resultados mostram que a oscilação na quantidade de páginas dos RA ao longo dos anos apresenta relação com algum evento ocorrido nas empresas. A evidenciação dos termos ambientais está mais relacionada às medidas tomadas para cuidar e preservar o meio ambiente do que aos passivos ambientais. A evidenciação dos termos sociais foi direcionada de maneira equilibrada ao público interno e externo. Conclui-se que há uma tendência nos termos ambientais e sociais evidenciados nos RA de 1997 a 2006 das empresas pesquisadas, ainda que tenham sido incorporados vários termos novos ao longo do período.

Palavras-chave: Evidenciação. Termos ambientais. Termos sociais. Relatórios da administração. Empresas familiares.

Data de submissão: 01 maio 2009.

Data de aprovação: 16 mar. 2012.

ABSTRACT

The goal of this study is to determine the trend of environmental and social terms disclosure in the administration reports from 1997 to 2006 of Brazilian family businesses. Exploratory documental research was done with qualitative approach and the technique of content analysis of AR from 1997 to 2006. In the universe of the 500 largest companies listed in the magazine *Exame*, 2006 edition, 21 family businesses with open capital and Brazilian sharehold control were identified, but only 16 of them had their AR published within the ten years considered. The results show that the fluctuation in the number of pages of the AR over the years has a relation with some events occurred in the companies. The disclosure of environmental terms is more related to the measures taken to care and preserve the environment than to the environmental liabilities. The disclosure of social terms was targeted in a balanced manner to internal and external audiences. We conclude that there is a trend in the environmental and social evidenced in the AR from 1997 to 2006 of the companies surveyed, even having incorporated several new terms over the period.

Keywords: Disclosure. Environmental terms. Social terms. Administration Reports. Family business.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a proteção e responsabilidade ambiental e social por parte das nações, governantes, empresas e indivíduos surgiu a partir do momento em que a sociedade passou a ter consciência e respeito pelo meio ambiente e aos direitos humanos. A partir daí, empresas e a sociedade em geral passaram a necessitar de maiores conhecimentos e informações sobre os seres humanos e o uso, por esses, dos recursos naturais do meio ambiente, até então ignorados de maneira inconsciente pela própria abundância.

As ações das empresas nesta direção podem ser informadas ao público das mais variadas formas, mas destaca-se a divulgação por meio da evidenciação contábil, uma vez que é inerente à função contábil esclarecer seus usuários sobre os atos e fatos das entidades. A contabilidade evidencia informações quantitativas e qualitativas das entidades aos seus variados usuários, por meio de demonstrativos contábeis. Alguns deles são compulsórios a todas as empresas, enquanto outros somente para determinados tipos ou portes de empresas.

O relatório da administração é um dos meios previstos na legislação contábil brasileira para as empresas divulgarem informações compulsórias. Ele é legalmente amparado pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, e pelo Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Entretanto, seu conteúdo é flexibilizado de modo que as empresas têm a possibilidade de informar, além dos itens previstos na legislação, outras informações relacionadas à empresa e que a administração considerar conveniente mencioná-las voluntariamente.

Este estudo concentra-se em empresas familiares, cuja constituição comumente tem origem no núcleo familiar, com o propósito primeiro de satisfazer suas necessidades financeiras e a realização pessoal dos fundadores. Comumente os fundadores são os precursores da gestão e idealizam a perpetuação da empresa por mais de uma geração. Seus valores e crenças tendem a se propagar às demais gerações e indivíduos que o cercam. Isso caracteriza a gestão e cultura da organização “formada através da partilha de experiências e de uma aprendizagem comum especialmente influenciada por parte de quem lidera a organização e dos seus colaboradores mais influentes” (USSMAN, 2004, p. 76).

No entanto, Barros (2006, p. 205) destaca que alterações ocorrem dentro das empresas devido às “mudanças de valores e de comportamentos ocorridos na sociedade, principalmente entre as gerações”. Apesar das mudanças ocorrerem, a transposição da gestão de uma para outra geração é um dos fatores determinantes para a perpetuação das empresas familiares. As empresas familiares apresentam algumas características peculiares a elas, o que as difere das demais empresas. Porém, as obrigações e direitos ambientais e sociais são equânimes a todos os tipos societários, as empresas precisam demonstrar que participam ativamente pela preservação ambiental e valorização da cidadania.

DiMaggio e Powell, (2005, p. 77) salientam que “as organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social, assim como por adequação econômica”. Lindblom (1994) ressalta que a legitimidade organizacional está

relacionada ao desempenho social e na divulgação de tal desempenho. A busca pela legitimidade organizacional influencia a forma e o conteúdo da evidenciação social corporativa.

Diante do exposto, formulou-se a seguinte questão-problema: *Qual a tendência dos termos ambientais e sociais evidenciados ao longo dos anos nos relatórios da administração de empresas familiares brasileiras?* Assim, o objetivo do estudo é verificar a tendência dos termos ambientais e sociais evidenciados nos relatórios da administração de 1997 a 2006 de empresas familiares brasileiras. Pressupõe-se que a crescente demanda pela sociedade por informações e atitudes sociais e ambientalmente responsáveis por parte das organizações ocasionou melhora na qualidade e aumento na quantidade evidenciada de aspectos ambientais e sociais nos relatórios da administração das empresas.

A pesquisa justifica-se por verificar como os gestores das empresas familiares vêm demonstrando ao longo dos anos, por meio do relatório da administração, seu relacionamento com as questões ambientais e sociais, no sentido de atender a demanda por maior transparência nessas questões. O estudo pretende contribuir para o conhecimento sobre a tendência da evidenciação ambiental e social das empresas familiares brasileiras, já que elas estão mais vulneráveis à continuidade de ações devido a mudanças nas gerações que administram as empresas ou da substituição dessas por profissionais sem vínculo sanguíneo.

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Evidenciação, conforme Aquino e Santana (1992, p. 1), “significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado”. Rover, Alves e Borba (2005, p. 1) explicam que a evidenciação “é entendida como a maneira pela qual a informação é apresentada”. Assim, a evidenciação contábil, seja ela de natureza quantitativa ou qualitativa, se apresenta com objetivos e maneiras pré-definidas que variam de acordo com as necessidades do emissor quanto do receptor.

Goulart (2003, p. 59) ressalta que “não devem as empresas restringir-se, em sua divulgação, apenas às informações requeridas em lei, transmitindo também informações que, mesmo não sendo compulsórias, colaboram para que o público constitua uma visão correta sobre a realidade empresarial”. A evidenciação compulsória representa as informações requeridas pelos órgãos de regulamentação da contabilidade. Esses órgãos estabelecem padrões de evidenciação compulsórios às empresas para garantir um nível informacional mínimo, necessário e exigido pelos usuários das demonstrações contábeis.

No Brasil, a Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 6.404/76, alterada pela Lei n.º 11.638/07, estabelece em seu art. 176, que ao final de cada exercício social, a administração tem a obrigatoriedade de disponibilizar, por meio do conjunto das demonstrações contábeis, informações que expressem as mutações e a situação patrimonial da empresa em dado período. A Comissão de Valores Mobiliários, no Parecer de Orientação n.º 15, de 28 de dezembro de 1987, também recomenda a evidenciação de uma lista de itens complementares.

A divulgação voluntária significa a não obrigatoriedade legal de evidenciar determinadas informações geradas pela empresa no decorrer do exercício. Decidir quanto e quais informações devem ser disponibilizadas ao público, por meio dos relatórios contábeis, não tem sido tarefa fácil aos administradores, principalmente a partir do momento em que a sociedade passou a questioná-los sobre as questões ambientais e sociais relacionadas direta e indiretamente com os negócios da empresa.

A sociedade somente terá conhecimento de tais informações se as empresas estiverem comprometidas com a transparência, tempestividade e veracidade de sua situação e atitude perante os aspectos sociais e ambientais que envolvem simultaneamente, ela e a sociedade. Nossa e Carvalho (2003, p. 1) citam que “a pressão aumenta quando as condições ambientais se tornam inadequadas devido à poluição causada pelas atividades produtivas, alterando a relação entre o homem e o meio ambiente”.

No entanto, ao analisar o relatório da administração (RA) e respectivas demonstrações contábeis de 100 companhias abertas brasileiras referente o ano de 1998, Mafra e Ness Jr. (2002) concluíram que as demonstrações contábeis analisadas, evidenciaram quase que exclusivamente informações requeridas legalmente, desconsiderando a possibilidade de evidenciar informações voluntárias.

Beuren, Gallon e Hein (2006, p. 10) analisaram nos RA das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa os itens obrigatórios pela Lei nº 6.404/76 e os recomendados pela CVM em seu Parecer de Orientação nº 15/87, além de outros itens de divulgação voluntária. Concluíram que, comparando-se o número de sentenças evidenciadas de itens obrigatórios e recomendados com os itens de divulgação espontânea, a maior evidenciação é referente aos itens obrigatórios e recomendados.

Porém, “não se trata da empresa ser, ou não, ecologicamente correta. A preocupação com a questão ambiental é ética e econômica. Dela depende a permanência da empresa no mercado” (LIMA; VIEGAS, 2002, p. 47). Quanto mais a empresa demonstrar que aliado aos resultados econômicos está a preocupação com a comunidade e a preservação do meio ambiente, estará também preservando sua permanência e legitimidade na sociedade.

As empresas evidenciam informações sociais para promoverem informações sobre suas atividades, visando legitimar seus comportamentos e ações, assim como projetar seus valores e suas idéias em resposta a fatores externos (PARSA; KOUHY, 2001). Porém, “é factível que parcela considerável de gestores possam demonstrar resistências diante da perspectiva da divulgação de indicadores que sugerem fraquezas organizacionais” (MAZZIONI; TINOCO, 2005, p. 15). Assim, para várias empresas fica inviável evidenciar informações que venham a manchar sua imagem perante a sociedade.

As mudanças comportamentais promovidas pela revisão dos valores éticos da sociedade como um todo, impõe às empresas, independente de seu porte e característica, sua parcela de responsabilidade com o meio interno e externo em que interage, que vai além da visão econômica e financeira. Rodrigues e Marinho (2006, p. 3) ressaltam que, “atualmente, não é suficiente gerir as

organizações, mas, também, é necessário a execução de uma gestão em comunhão com o bem estar social, endógeno e exógeno, isto é, no âmbito organizacional e nas suas relações externas”.

ESTUDOS SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Estudos acerca da evidenciação ambiental e social no relatório da administração de empresas vêm crescendo. Em âmbito internacional destacam-se estudos de Niskala e Pretes (1995), Deegan e Rankin (1996), Deegan, Rankin e Tobin (2002), Milne e Patten (2002), O'Donovan (2002), Toms (2002), Campbell (2004), Gao, Heravi e Xiao (2005).

O estudo de Niskala e Pretes (1995) objetivou analisar as mudanças nas práticas de evidenciação ambiental nos relatórios anuais de 75 empresas finlandesas que encerraram as atividades no período de 1987 a 1992. Os resultados indicaram mudanças nas práticas de evidenciação nos relatórios. Em 1987, apenas 25% das empresas divulgaram informações ambientais nesse ano. Em 1992 esse percentual elevou-se para 50% das empresas, sendo que o conteúdo evidenciado é predominantemente qualitativo. Verificaram também que a divulgação de relatórios ambientais é uma característica de empresas de determinados setores.

A pesquisa de Deegan e Rankin (1996) procurou analisar as práticas ambientais evidenciadas nos relatórios anuais de 20 companhias australianas no período de 1990 a 1993. Os resultados confirmaram outros estudos de que as empresas australianas evidenciaram predominantemente informações ambientais favoráveis à sua imagem corporativa. Das 20 companhias analisadas, apenas duas delas evidenciaram informações negativas de suas atividades com relação ao meio ambiente.

Deegan, Rankin e Tobin (2002) analisaram os relatórios anuais de uma das maiores empresas australianas no período de 1983 a 1997. O objetivo era analisar se a evidenciação ambiental e social, contida nos relatórios anuais da empresa, apresenta relação com a teoria da legitimidade. Os resultados indicaram que a evidenciação ambiental e social está suportada pela teoria da legitimidade. Verificaram também crescentes e constantes aumentos de informações ambientais e sociais com o passar dos anos. Porém, mesmo com aumento de informações evidenciadas, os relatórios não apresentaram um padrão de evidenciação.

Milne e Patten (2002) realizaram um estudo em 12 empresas químicas, em que participaram 76 respondentes. Explorando a evidenciação ambiental, visaram analisar os efeitos positivos e negativos da atividade das empresas químicas, principalmente os efeitos tóxicos evidenciados nos relatórios anuais dos anos de 1970, realcionando-os com a teoria da legitimidade. Os resultados indicaram que a evidenciação indica alguns pontos relacionados mais para restaurar ou reparar a legitimidade das organizações do que ganhá-la.

O'Donovan (2002) objetivou averiguar o poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade presente na evidenciação ambiental nos relatórios anuais de três grandes empresas públicas australianas no período de 1983 a 1997. Concluiu que a evidenciação ambiental é suportada pela teoria da legitimidade como fator explicativo.

O trabalho de Toms (2002) investigou como os relatórios anuais podem promover a reputação por meio da administração ambiental de 126 companhias no período de 1996 e 1997. Os resultados indicaram que a execução, monitoração e divulgação de políticas ambientais contribuem significativamente para a criação e melhora da reputação ambiental.

Campbell (2004) analisou os relatórios anuais de 10 companhias de cinco setores considerados altamente poluidores do Reino Unido no período de 1974 a 2000. Os resultados apontaram uma elevação na evidenciação ambiental no final dos anos 80 e início dos anos 90 até 2000. Concluiu que uma possível causa para essa diferença no volume de evidenciação decorre da necessidade de legitimidade social.

Gao, Heravi e Xiao (2005) analisaram 154 relatórios anuais de 33 companhias de Hong Kong no período de 1993 a 1997 visando identificar as determinantes da quantidade da evidenciação ambiental e social corporativa. Os resultados encontrados indicaram que existem diferenças na quantidade, tema e posição da evidenciação nos relatórios anuais entre as indústrias que causam impacto ambiental. Pela correlação positiva, concluíram que o tamanho da companhia influencia o nível da evidenciação ambiental e social corporativa.

A busca por indícios que justifiquem ou expliquem os motivos pelos quais as empresas evidenciam ou não determinadas informações ambientais e sociais, relacionadas com suas atividades, é latente desde décadas passadas, como abordado desde 1970 (Milne, Patten, 2002; Campbell, 2004) até os anos de 2000 (DEEGAN, RANKIN, TOBIN, 2002; O'DONOVAN, 2002; TOMS, 2002; CAMPBELL, 2004; GAO, HERAVI, XIAO, 2005).

Os resultados desses estudos revelaram aumento contínuo na quantidade evidenciada, principalmente a partir dos anos 1980 e 1990. Além disso, constataram que as empresas que poluem mais também evidenciam mais, o que confirma a necessidade de legitimidade como um fator explicativo da evidenciação ambiental das empresas nos relatórios anuais.

Em âmbito nacional destacam-se, entre outros, Lima e Viegas (2002), Borba e Nazário (2003) Nossa e Carvalho (2003), Silva (2003), Dalmacio e Paulo (2004), Calixto (2006), Soares, Abreu e Sampaio (2006), Costa e Marion (2007).

Com o objetivo de fundamentar uma proposta de contabilização e evidenciação das externalidades ecológicas, Lima e Viegas (2002) realizaram uma pesquisa com empresas brasileiras certificadas até dezembro de 2000 pela certificação ISO 14000. As conclusões foram que não há consenso sobre a técnica mais adequada para a contabilização e evidenciação das externalidades ecológicas, principalmente em função da inexistência de critérios contábeis objetivos e da intangibilidade dos valores das externalidades.

Borba e Nazário (2003) analisaram o relatório da administração e demais demonstrações contábeis de 2001 de 37 empresas consideradas mais poluentes pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Considerando os termos e palavras mais usadas, se propuseram a verificar se a preocupação evidenciada na literatura estava presente nesses demonstrativos contábeis. A pesquisa demonstrou que os termos mais verificados na análise estão relacionados principalmente com a atividade administrativa e desempenho social, como os termos *meio ambiente*, *investimentos em meio ambiente*.

Nossa e Carvalho (2003) analisaram os relatórios anuais e ambientais de 42 empresas internacionais listadas no estudo da PriceWaterHouseCoopers (2001) e de oito empresas brasileiras classificadas no ranking das 10 maiores empresas listadas na Revista Exame - Melhores e Maiores, de 2002, do setor de papel e celulose. O objetivo foi verificar o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentados pelas empresas em 2003. Os resultados mostraram que o *disclosure* ambiental das empresas analisadas está segregado em 89% de informações descritivas, 7% quantitativas não-monetárias e 4% quantitativas monetárias.

Silva (2003) realizou um estudo visando identificar como a Petrobras e a Souza Cruz utilizaram a evidenciação voluntária de informações ambientais e sociais nos seus demonstrativos contábeis para encaminhar questões negativas relacionadas às suas atividades no período de 1993 a 2002. Os resultados indicaram que, consciente ou inconscientemente, os seus administradores adotaram determinados padrões quanto à forma e ao conteúdo da evidenciação de informações como parte de um processo de recuperação da sua legitimidade.

Dalmácio e Paulo (2004) realizaram pesquisa documental visando identificar as informações complementares que, se publicadas no relatório da administração ou nas notas explicativas, melhorariam a compreensão desses demonstrativos, no que tange aos aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros. A pesquisa foi realizada em 14 das 39 sociedades anônimas do setor industrial localizadas no Estado do Espírito Santo, referentes ao exercício de 2002. Os resultados demonstraram oscilação entre a evidenciação das informações nas notas explicativas e no relatório da administração. Destacaram que o relatório da administração mostrou-se ser mais flexível e interessante para os usuários externos.

Calixto (2006) examinou as informações ambientais, divulgadas por 80 companhias de capital aberto de 17 setores econômicos estabelecidas no Brasil, por meio da técnica de análise de conteúdo dos relatórios contábeis disponibilizados pelas companhias no período de 1997 a 2005. A autora identificou em seu estudo aumento contínuo de informações ambientais divulgadas nos relatórios contábeis, especialmente pelo relatório da administração. Verificou ainda que a divulgação de tais informações não apresenta padrão e forma constante, além de diferenças entre os setores e entre as empresas.

Soares, Abreu e Sampaio (2006) pesquisaram as 24 maiores empresas siderúrgicas brasileiras de capital aberto, visando analisar a relação funcional entre a conduta ambiental e a *performance* econômica, por meio da evidenciação contábil nos relatórios da administração e informações anuais no período de 2000 a 2004. A análise das companhias possibilitou verificar que estas passaram a adotar conduta ambiental responsável, em vista do aumento da evidenciação ambiental ano a ano.

Costa e Marion (2007) realizaram um estudo em oito empresas do setor de papel e celulose com o objetivo de verificar a uniformidade das informações ambientais entre os relatórios disponibilizados nos sítios das empresas e no sítio da Bovespa, relativos ao exercício de 2004. Comparando as informações ambientais dos relatórios disponibilizados no sítio das empresas com as informações disponibilizadas no sítio da Bovespa, os autores verificaram que há grande dificuldade

em analisar as informações ambientais, devido a falta de uniformidade na estrutura dos relatórios disponibilizados pelas empresas.

As pesquisas internacionais apresentam algumas características diferentes em relação às pesquisas brasileiras. A primeira delas diz respeito à base utilizada para a realização dos estudos. Os pesquisadores internacionais concentraram-se predominantemente nos relatórios anuais enquanto que os brasileiros basearam-se nos relatórios da administração. No entanto, algumas similaridades foram identificadas. Tanto as pesquisas internacionais como as nacionais constataram que as empresas evidenciam mais informações positivas que negativas.

MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa, e de corte longitudinal. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, por buscar informações e conhecimentos pouco explorados (CERVO; BERVIAN, 2002) acerca da tendência da evidenciação de informações ambientais e sociais de empresas familiares brasileiras nos relatórios da administração do período de 1997 a 2006.

O universo do estudo compreendeu as 500 maiores empresas por faturamento listadas na Revista Exame - Melhores e Maiores, edição 2006. Neste universo identificaram-se 21 empresas familiares de capital aberto e de controle acionário brasileiro, compreendendo a população deste estudo. Dentre as 21 empresas, constatou-se que somente 16 empresas publicaram seu relatório da administração nos 10 anos considerados. Portanto, a amostra compreende essas 16 empresas familiares de capital aberto e de controle acionário brasileiro.

Na pesquisa documental coletaram-se os relatórios da administração (RA) divulgados, juntamente com as demais demonstrações contábeis (compulsórias ou não), no sítio da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa) (www.bovespa.com.br) e no sítio das empresas objeto de estudo. Além disso, para identificar as gerações familiares predominantes na gestão das empresas pesquisadas, fez-se uma sondagem nas empresas via correio eletrônico, as quais responderam identificando a geração familiar gestora e a presença de pessoas alheias à família na gestão, denominada administração contratada.

Na análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo das mensagens contidas nos relatórios da administração das empresas, relacionadas à sua evidenciação ambiental e social. De acordo com Bardin (1979), trata-se de um conjunto de técnicas de investigação que tem por finalidade a análise das comunicações. Procedeu-se a análise individual das empresas no decorrer dos dez anos, a fim de verificar a tendência da evidenciação ambiental e social de cada empresa, considerando o número de páginas de cada RA, os termos ambientais e sociais evidenciados e o enfoque predominante da evidenciação.

A principal limitação desta pesquisa decorre do fato de que o estudo baseou-se somente nos relatórios da administração das empresas, já que há outros meios de divulgação das ações das empresas nesta direção. Outra limitação diz respeito ao conjunto de empresas pesquisadas, sendo que os resultados da pesquisa não podem ser extrapolados para empresas não abrangidas pelo

estudo. Por fim, o fato da empresa não evidenciar determinada ação não necessariamente significa que esteja alheia ao fato.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Caracterização das empresas pesquisadas

No Quadro 1 demonstra-se que as 16 empresas pesquisadas são heterogêneas em relação aos setores de atuação na economia brasileira, pois há dez setores de atuação.

QUADRO 1 - SETORES DE ATUAÇÃO DAS EMPRESAS FAMILIARES

Setores de atuação	Setores	Empresas familiares
Confecções e Têxteis	50%	Vicunha Têxtil S/A
Material de Construção		Eucatex S/A – Indústria e Comércio
Serviços de transporte		TAM S/A
Siderurgia e Metalurgia		Gerdau S/A
Tecnologia e Computação		ITAUTEC S/A - Grupo Itautec
Alimentos, Bebida e Fumo	40%	Avipal S/A – Agricultura e Agropecuária
Atacado e Comércio Exterior		Sadia S/A
Automotivo		CIA. Brasileira de Petróleo Ipiranga
		Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos
Mecânica		Marcopolo S/A – Autopeças e Veículos
Papel e celulose	10%	Randon S/A – Implementos e Participações
		Indústrias Romi S/A
		WEG S/A
		Klabin S/A
		Votorantim Celulose e Papel S/A - VCP
		SUZANO Papel e Celulose S/A

Fonte: elaborado pelos autores.

Em cinco setores diferentes (confecções e têxteis; material de construção; serviços de transporte; siderurgia e metalurgia; tecnologia e computação) encontram-se cinco das 16 empresas pesquisadas, isto é, 31,25% das empresas familiares representam 50% dos setores econômicos. Outros quatro setores econômicos (alimentos, bebida e fumo; atacado e comércio exterior; automotivo; mecânica) compreendem oito empresas familiares, ou seja, 50% delas representam 40% dos setores econômicos. Destaca-se o setor econômico papel e celulose com três empresas, sendo a maior concentração de empresas num único setor, correspondente a 18,75% das empresas e 10% dos setores econômicos.

Quanto às gerações familiares predominantes na administração das empresas analisadas no período de 10 anos, verificou-se predominância da 1ª geração familiar no ano de 1997; seguida pela 2ª geração familiar nos anos de 1998 e 1999; 1ª, 2ª e 3ª geração familiar no ano de 2000; 2ª geração familiar nos anos de 2001, 2002 e 2003; e, predomínio da administração contratada nos anos de 2004, 2005 e 2006, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Geração familiar predominante em cada ano analisado

Ano	Geração familiar predominante
1997	1ª geração
1998	2ª geração
1999	2ª geração
2000	1ª, 2ª, 3ª geração
2001	2ª geração
2002	2ª geração
2003	2ª geração
2004	Administração contratada
2005	Administração contratada
2006	Administração contratada

Fonte: elaborado pelos autores.

Verifica-se no Quadro 2 que predomina a 2ª geração na administração das empresas familiares pesquisadas, seguindo-se nos três últimos anos pela administração contratada, quando a família passa a fazer parte dos conselhos da empresa. Analisando-se as gerações familiares predominantes e a administração contratada nas empresas e o tempo de atividade das empresas, não se verifica relação entre ambas, pois a entrada de pessoas alheias à família na administração ocorreu tanto nas empresas mais antigas (Klabin, Suzano, Sadia) como nas empresas mais novas (TAM, VCP). No entanto, poucas empresas (Eucatex, Gerdau, Indústrias Romi, Marcopolo e Weg) mantêm somente a família da gestão dos negócios.

Evidenciação ambiental e social

Demonstra-se no Quadro 3 a média de páginas dos relatórios da administração (RA) das empresas familiares pesquisadas no período de 1997 a 2006.

Quadro 3 – Média de páginas do relatório da administração das empresas

1997	1999	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
5	5	8	9	11	12	12	15	17	25

Fonte: elaborado pelos autores.

O número de páginas dos RA das empresas familiares pesquisadas oscilou entre os anos considerados em cada empresa e entre as empresas. Na empresa Avipal, por exemplo, em 1997 o RA continha cinco páginas e em 2006 passou para 36 páginas. Na Cia. Ipiranga, em 1997 o RA continha seis páginas e em 2006 passou para 27 páginas. A média de páginas dos RA de algumas empresas em 1997 era de cinco páginas, passando para 25 páginas em 2006, ao passo que outras mantiveram constante a numeração no período de 1997 a 2006.

Observou-se na pesquisa que a oscilação no número de páginas dos RA das empresas familiares tem relação com algum fato ou evento ocorrido na empresa e divulgado no RA. Dentre eles, destacam-se: adesão aos níveis de Governança Corporativa da Bovespa; alterações nas gerações familiares gestoras; ingresso da administração contratada na gestão dos negócios; obtenção da certificação ISO 14001; ingresso no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa; registro na Bolsa de Nova Iorque (NYSE); registro na Bolsa de Valores de Madri (Latibex);

adaptação das demonstrações contábeis ao padrão norte-americano US GAAP; ingresso na *Chicago Climate Exchange (CCX)*; emissão e divulgação do primeiro Balanço Social.

Termos ambientais evidenciados

Quanto à evidenciação ambiental, constatou-se falta de padronização nos RA, seja na oscilação do conteúdo evidenciado pelas empresas ou entre elas. Enquanto que algumas empresas evidenciaram mais informações detalhadas com valores investidos, objetivos pretendidos, resultados já obtidos; outras empresas restringiram-se a mencionar o termo meio ambiente; por último, algumas nada mencionaram.

Tal situação também foi observada na pesquisa de Costa e Marion (2007), quando os autores citam que encontraram grande dificuldade em analisar as informações ambientais, principalmente devido à falta de uniformidade na estrutura dos relatórios disponibilizados.

No Quadro 4 mostra-se que oito termos ambientais mantiveram-se continuamente em todo o período analisado nos RA das empresas.

Quadro 4 – Termos ambientais contínuos evidenciados

Termos ambientais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Efluentes	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ISO 14001	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
ISO 9002	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Preservação da água	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reflorestamento	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Sistema de gestão ambiental	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Tratamento e preservação do meio ambiente	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: elaborado pelos autores.

De modo geral, constatou-se que a evidenciação ambiental das empresas está destacando as ações e intenções de manter e preservar os recursos naturais, deixando de mencionar termos relacionados à recuperação dos danos causados ao meio ambiente pela execução de suas atividades. Essa situação pode estar atrelada ao fato de que algumas empresas mantiveram sua evidenciação ambiental estática, sem alteração dos termos usados, atualizando somente os valores correspondentes.

TERMOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

No entanto, observaram-se sete novos termos ambientais nos RA das empresas no decorrer dos dez anos, principalmente a partir de 2001, os quais permaneceram constantes até 2006, conforme demonstrado no Quadro 5.

QUADRO 5 - NOVOS TERMOS AMBIENTAIS EVIDENCIADOS

Novos termos ambientais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Com. de créditos de carbono								X	X	X
Consciência ecológica						X	X	X	X	X
Conservação biodiversidade					X	X	X	X	X	X
Energias alternativas										X
Equilíbrio ecológico									X	X
Passivos ambientais						X	X	X	X	-
Responsab. socioambiental										X

Fonte: elaborado pelos autores.

As empresas passaram a destacar nos RA a importância da conscientização ambiental necessária ao equilíbrio ecológico e conservação da biodiversidade. Além disso, destacaram a necessidade de desenvolvimento e uso de energias alternativas para reduzir o consumo dos recursos naturais, em vista dos impactos ambientais causados pelas suas atividades, porém ainda de maneira incipiente, considerando-se a essência dos recursos naturais.

Os novos termos ambientais advêm da pressão da sociedade para que as empresas demonstrem seu envolvimento e preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e pelo próprio meio ambiente, face suas limitações. Constatou-se ainda que, dez termos ambientais não se apresentaram continuamente no decorrer dos anos analisados, conforme demonstra-se no Quadro 6.

QUADRO 6 - TERMOS AMBIENTAIS ALEATÓRIOS EVIDENCIADOS

Termos ambientais aleatórios	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Áreas de preserv. ambiental	X	X			X	X	X	X	X	X
Auditoria ambiental	X			X	X				X	X
Controle de emissões de CO2	X	X	X		X		X	X	X	X
Despoeiramento				X				X	X	X
Educação ambiental			X	X	X	X	X		X	X
Impactos ambientais	X			X	X	X	X	X	X	X
Legislação ambiental				X	X		X	X	X	X
Reciclagem					X		X	X	X	X
Redução consumo energia	X	X	X		X				X	X
Responsabilidade ambiental		X			X		X	X	X	

Fonte: elaborado pelos autores.

O predomínio dos termos ambientais aleatórios deriva principalmente da falta de padronização da evidência ambiental, tanto nos RA de cada empresa como entre as empresas, visto que os administradores destas têm a possibilidade de selecionar quais e quantas informações serão divulgadas nos relatórios da administração.

Termos sociais evidenciados

Assim como na evidenciação ambiental, a evidenciação social também não está padronizada na forma e no conteúdo informado, tanto nos RA de cada empresa, como entre elas. Além disso, constatou-se nos últimos anos aumento da divulgação das premiações e homenagens recebidas pelas empresas, como reconhecimento de suas ações, tanto no meio ambiente como no meio social. Algumas empresas não informaram detalhes dessas ações, como se a divulgação das premiações fosse suficientemente informativa aos interessados pelas informações disponibilizadas nos RA.

Quanto aos termos sociais evidenciados ao longo do período analisado, verifica-se no Quadro 7 que 18 termos mantiveram-se presentes em todos os RA.

QUADRO 7 - TERMOS SOCIAIS CONTÍNUOS EVIDENCIADOS

Termos evidenciação social	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ações sociais	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x
Alimentação	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x
Assist médica e odontológica	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x
Benefícios	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x
Capacitação técnica	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x
Clima organizacional	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x
Educação e desenvolv. pessoal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Motivação e participação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Obrigações legais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação nos resultados	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Previdência privada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Qualidade de vida	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos humanos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Remuneração	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Saúde e segurança	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Segurança no trabalho	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Transporte	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Treinamento capacit. profissional	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se que na evidenciação social as empresas tendem a destacar mais os benefícios e auxílios concedidos ao público interno (empregados), com destaque aos termos benefícios oferecidos, capacitação e educação proporcionada, formas de reconhecimento ao trabalho desenvolvido. Os auxílios financeiros concedidos ao público externo (comunidade) não mereceram a mesma ênfase, talvez porque não sejam tão representativos comparativamente.

TERMOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

No Quadro 8 demonstra-se que quinze novos termos sociais surgiram nos RA das empresas no decorrer dos dez anos analisados, principalmente a partir de 1999, relacionados ao público interno e externo das empresas.

QUADRO 8 - NOVOS TERMOS SOCIAIS EVIDENCIADOS

Novos termos sociais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Assistência social			X	X	X	X	X	X	X	X
Cidadania					X	X	X	X	X	X
Doações sociais			X	X	X	X	X	X	X	X
Gestão de competências							X	X	X	X
Gestão de pessoas			X	X	X	X	X	X	X	X
Governança corporativa				X	X	X	X	X	X	X
Inclusão social								X	X	X
Invest. em recursos humanos			X	X	X	X	X	X	X	X
Responsabilidade social					X	X	X	X	X	X
Responsab. social corporativa									X	X
Responsab. sócioambiental								X	X	X
Segurança e medicina no trabalho			X	X	X	X	X	X	X	X
Sucessão					X	X	X	X	X	X
Sustentabilidade				X	X	X	X	X	X	X
Voluntariado				X	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaborado pelos autores.

Destaca-se o ano de 1999, por ser o início da evidenciação de maior quantidade de novos termos sociais evidenciados nos RA, como assistência social, doações sociais, gestão de pessoas, investimentos em recursos humanos e segurança e medicina no trabalho. Entre os novos termos sociais, há predomínio dos relacionados ao público interno (empregados) das empresas se comparados com os relacionados ao público externo (comunidade).

No entanto, quatorze termos sociais não se mantiveram continuamente em todos os RA no período analisado, conforme se demonstra no Quadro 9.

QUADRO 9 - TERMOS SOCIAIS ALEATÓRIOS EVIDENCIADOS

Termos sociais aleatórios	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Balanco social					X			X	X	X
Capital humano				X	X	X			X	X
Direitos humanos								X	X	
Estagiários			X	X	X	X	X	X		
Filantropia social			X						X	X
Geração emprego		X	X	X			X	X	X	X
Gestão de recursos humanos			X	X		X	X			
Habitação			X		X					
Investimentos sociais			X	X	X	X	X	X	X	
Política de cargos e salários	X	X			X	X				
Portadores necessidades especiais									X	
Seguros	X	X						X		X
Solidariedade						X	X			
Trainees		X		X	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se certo equilíbrio na evidenciação dos termos sociais direcionados ao público interno (empregados) e ao público externo (comunidade) das empresas entre os novos termos e os que se mantiveram contínuos ou não nos RA.

Análise conjunta da evidenciação ambiental e social

Mesmo que as empresas tenham evidenciado mais ou menos informações ambientais e sociais em determinados exercícios, verificou-se que elas não evidenciaram todas as informações mínimas recomendadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em seu Parecer de Orientação n. 15/87.

Nos RA das empresas não foram constatados os termos definidos nas alíneas “c” e “g” deste instrumento legal. São eles: alínea c) recursos humanos (número de empregados no término dos dois últimos exercícios e *turnover* nos dois últimos anos, segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais); e alínea g) proteção do meio ambiente (descrição e objetivo dos investimentos efetuados e, montante aplicado).

Considerando-se a tendência da evidenciação ambiental e social de todas as empresas pesquisadas, nos dez anos analisados, verifica-se que elas passaram a evidenciar mais informações relacionadas aos aspectos ambientais e sociais ano a ano. Averiguou-se também que há predomínio da evidenciação social em relação a evidenciação ambiental.

Observa-se um aumento na evidenciação com o passar dos anos sem a presença de padronização da evidenciação, tanto nos RA de cada empresa, como entre elas. Além disso, destacam mais informações relacionadas aos empregados do que aquelas relacionadas à comunidade. Outro aspecto constatado é que as empresas vêm evidenciando cada vez mais as premiações ambientais e sociais recebidas.

Do exposto, infere-se que as informações evidenciadas nos RA das empresas pesquisadas podem estar atreladas ao reconhecimento por parte da administração, mesmo que de maneira tímida, da necessidade da empresa estar atenta às mudanças na sociedade, no sentido de buscar sua legitimação ou de recuperar a legitimidade perdida.

Woodward, Edwards e Birkin (1996, p. 329) expressam que “o conceito de legitimidade organizacional é introduzido como uma forma de examinar os aspectos do comportamento empresarial”. Assim, no cotidiano, as organizações buscam a condição (ou estado) em que suas atividades e sistemas de valores estejam em conformidade com padrões considerados como referência e consolidados entre as demais organizações do sistema social do qual faz ou passa a fazer parte (FONSECA; MACHADO-DA-SILVA, 2002).

CONCLUSÕES

O estudo objetivou verificar a tendência dos termos ambientais e sociais evidenciados nos relatórios da administração de 1997 a 2006 de empresas familiares brasileiras. Para tal realizou-se pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental, aplicando-se a técnica de análise de conteúdo nos RA de 1997 a 2006, a fim de verificar a tendência dos termos de evidenciação ambiental e social. O universo da pesquisa compreendeu as 500 maiores empresas listadas na Revista Exame, edição 2006, dentre as quais identificaram-se 21 empresas familiares de capital aberto e de controle acionário brasileiro, mas dessas somente 16 publicaram seu RA nos dez anos considerados na pesquisa.

As 16 empresas pesquisadas são heterogêneas em relação aos setores de atuação na economia brasileira, pois foram identificados dez setores de atuação. No que diz respeito à administração destas empresas, observou-se com base na sondagem realizada que há predomínio da 2ª geração familiar na administração das empresas no período de 1997 a 2006 (nos sete primeiros anos), seguida pela administração contratada (nos três últimos anos). Como não se constatou relação entre idade das empresas e profissionalização da administração, supõe-se que tal decorra da contingência imposta às empresas para assegurar sua continuidade no mercado.

Em relação à quantidade de páginas dos RA das empresas pesquisadas, o estudo revela que a oscilação ao longo dos anos apresenta relação com algum evento ocorrido na empresa. Destacam-se a adesão aos níveis de Governança Corporativa da Bovespa; mudança na gestão da empresa entre as gerações familiares, mas principalmente quando a administração contratada passa a gerenciar os negócios; obtenção da certificação do sistema de gestão ambiental ISO 14001; ingresso na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa; registro na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) e na Bolsa de Valores de Madri (Latibex); adaptação das demonstrações contábeis ao padrão US GAAP; ingresso na *Chicago Climate Exchange (CCX)*; emissão e divulgação do primeiro Balanço Social.

Quanto à evidenciação dos termos ambientais, de maneira geral, estão mais relacionados às medidas tomadas no sentido de cuidar e preservar o meio ambiente (ações pró-ativas), visando reduzir os impactos causados pelas atividades das empresas. Não houve destaque para informações relacionadas aos passivos ambientais já causados no meio ambiente, apenas buscaram reforçar a imagem ambientalmente correta.

Os termos ambientais que se mantiveram inalterados estão relacionados à preservação e manutenção dos recursos naturais inerentes às atividades das empresas. Por sua vez, os novos termos ambientais destacaram a preocupação com a conscientização ambiental necessária ao equilíbrio ecológico e conservação da biodiversidade, a partir da utilização de energias alternativas.

No que concerne à evidenciação dos termos sociais, observou-se aumento a cada ano, no período de 1997 a 2006, da quantidade de termos nos RA das empresas pesquisadas. Além disso, constatou-se que a evidenciação esteve direcionada, de maneira equilibrada, a dois públicos diferentes das empresas, o público interno e o público externo. De modo geral, as empresas

tenderam a destacar mais os benefícios e auxílios concedidos ao público interno (empregados) do que auxílios financeiros concedidos ao público externo (comunidade).

A pesquisa denota que houve um aumento na evidenciação das questões ambientais e sociais entre os anos de 2000 e 2001. A partir daí há uma tendência geral das empresas de manter constante a quantidade evidenciada e a qualidade da transparência das informações nos RA referentes aos aspectos ambientais e sociais. Verificou-se também que evidenciaram mais informações sociais do que informações ambientais no período analisado.

Assim confirma-se o pressuposto de que a crescente demanda pela sociedade por informações e atitudes sociais e ambientalmente responsáveis por parte das organizações ocasionou aumento na quantidade evidenciada de aspectos ambientais e sociais nos relatórios da administração das empresas no sentido de buscar sua legitimação. Esta evidência também é apontada nas pesquisas relatadas no presente estudo.

Conclui-se que há uma tendência nos termos ambientais e sociais evidenciados nos relatórios da administração de 1997 a 2006 das empresas familiares pesquisadas. Porém, constatou-se que foram incorporados vários termos novos ao longo do período analisado e outros apareceram de forma alternada nos RA. Observou-se ainda que as empresas têm enfatizado nos últimos anos as premiações e homenagens recebidas de instituições legitimadas na sociedade, como forma de reconhecimento pelas ações ambientais e sociais desenvolvidas. No entanto, não se verificou descontinuidade de termos na evidenciação ambiental e social quando da mudança de gerações na administração das empresas ou da substituição dessas por profissionais sem relação sanguínea.

Diante das inquietações decorrentes dos resultados desta pesquisa, recomenda-se que sejam efetuadas investigações *in loco* nestas empresas para verificar os motivos de não se ter constatado alterações nos termos de evidenciação ambiental e social, com as mudanças de gerações que administravam as empresas ou da substituição dessas por profissionais sem vínculo sanguíneo. Recomenda-se também que sejam pesquisadas empresas não familiares, para comparar os resultados com os achados da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, W.; SANTANA, A.C. Evidenciação. *Caderno de Estudos*, São Paulo: FIPECAFI, n. 5, p. 1-40, jun. 1992.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROS, Myriam Lins de. Família e gerações. Resenha. *Revista Organizações & Sociedade*, v.13, n. 36, p. 205-208, jan/ mar. 2006.
- BEUREN, I.M.; GALLON, A.V.; HEIN, N. Itens obrigatórios e de divulgação espontânea no relatório da administração. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 11., 2006, Coimbra. *Anais...* Coimbra, Portugal, 2006.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- BORBA, J.A.B.; NAZÁRIO, L. Contabilidade ambiental: a preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.
- BRASIL. Lei da Criação da Comissão de Valores Mobiliários, Lei nº 6.385, de 07-12-1976. Dispõe sobre a criação da CVM. *Manual de contabilidade da sociedade por ações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Publicada no DOU (Edição extra) de 28-12-2007.
- BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. DOU, 17-12-1976. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras de 1997 a 2005. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 13., 2006, Belo Horizonte. *Anais...* Florianópolis-SC, 2006.
- CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies: a research note. *The British Accounting Review*, n. 36, p. 107-117, 2004.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Parecer de Orientação nº15, de 28 de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2007.
- COSTA, R.S.; MARION, J.C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo: USP, n. 43, p. 20-33. jan./abr., 2007.
- DALMÁCIO, F.Z.; PAULO, F.F.M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004.
- DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do australian companies report environmental news objectively?: an analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 9, n. 2, p. 50-67, 1996.
- DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 312-343, 2002.
- DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Clássicos. RAE – Revista Eletrônica de Administração*, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr/ jun. 2005.
- FONSECA, V.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 25, p. 93-109, set./dez., 2002.
- GAO, S.S.; HERAVI, S.; XIAO, J.Z. Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note. *Accounting Forum*, v. 29, p. 233-242, 2005.
- GOULART, A.M.C. *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. 201 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- LIMA, D.V.; VIEGAS, W. Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo: USP, n. 30, p. 46-53. set./dez. 2002.

- LINDBLOM, C.K. The Implications of Organizational Legitimacy for Corporate Social Performance and Disclosure. *Critical Perspectives on Accounting*. In: *Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York. 1994.
- MAFRA, M.A.F.; NESS JÚNIOR, W.L. O relatório da administração no Brasil: peça de informação ou de ficção. In: ENANPAD, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.
- MAZZIONI, S.; TINOCO, J.E.P. Balanço social para uma fundação universitária. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FEA/USP, 2005.
- MILNE, M.J.; PATTEN, D.M. Securing organizational legitimacy: an experimental decision case examining the impact of environmental disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 372-405, 2002.
- NISKALA, M.; PRETES, M. Environmental reporting in Finland: a note on the use of annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, v. 20, n. 6, p. 457-466, 1995.
- NOSSA, V.; CARVALHO, L.N.G. Uma análise do conteúdo do *disclosure* ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.
- O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.
- PARSA, S.; KOUHY, R. Disclosure of social information by UK companies – a case of legitimacy theory. September/2001. Disponível em: <http://mubs.mdx.ac.uk/research/Discussion_Papers/Accounting_and_Finance>. Acesso em: 04 abr. 2007.
- REVISTA EXAME - *Melhores e Maiores*: 500 maiores empresas do Brasil, São Paulo, edição 2006. Edição Especial.
- RODRIGUES, S.G.; MARINHO, C.E.V. Os princípios básicos da construção da gestão pró-iniciativas sociais ou humanização de líderes – a terceira via da gestão em setores produtivos. In: CONGRESSO NACIONAL EM EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 3., 2006, Niterói. *Anais...* Niterói: CNEG, 2006.
- ROVER, S.; ALVES, J.L.; BORBA, J.A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2005.
- SILVA, A.H.C. *Evidenciação social corporativa*: estudo de caso longitudinal das empresas Petróleo Brasileiro S/A e Souza Cruz S/A. 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- SOARES, F.A.; ABREU, M.C.S.; SAMPAIO, J.C. A relação entre a evidenciação ambiental e a performance econômica na indústria siderúrgica brasileira. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.
- TOMS, J.S. Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. *British Accounting Review*, v. 34, p. 257-282, 2002.
- USSMAN, Ana Maria. *Empresas familiares*. Lisboa: Sílabo, 2004.
- WOODWARD, D.G.; EDWARDS, P.; BIRKIN, F. Organizational Legitimacy and Stakeholder Information Provision. *British Journal of Management*, v. 7, p. 329-347, 1996.